DARIEDADE. 1. Correta a decisão singular que, fundamentada na legislação e amparada em diligência realizada pela autoridade lançadora, decide pela improcedência parcial do crédito tributário, quando constatado não haver conduta infracional do sujeito passivo. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 01/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9069 – 1ª CPJ - RECURSO N. 18914 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092020510000289-2). RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO ALEXANDRE DOS SANTOS ALEIXO. EMENTA: ICMS. DECADÊNCIA. 1. A declaração de nulidade, proferida pelo contencioso administrativo exclusivamente por motivo de cerceamento do direito de defesa, não se considera um vício formal do lançamento, e quando da repetição da ação fiscal não deve se guiar pela contagem decadencial prevista no art. 173 II do CTN. 2. recurso conhecido e improvido, para em revisão de ofício reformar a decisão singular e julgar o lançamento improcedente. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 01/11/2023.

Protocolo: 1016772

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT

PORTARIA n.º202301001119 de 29/11/2023 - Proc.n.º 002023730007474/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Manoel de Carvalho Coelho – CPF: 087.733.862-00

Marca: VW/POLO MA 1.0 Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA n.º202301001121 de 29/11/2023 - Proc.n.º 102023730002687/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Kellem Cristina Sousa Alves – CPF: 898.772.682-72

Marca: HONDA/HR-V EXL HS Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA n.º202301001123 de 29/11/2023 - Proc.n.º 042023730005386/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Maria Inacia Sousa Lima – CPF: 324.310.822-53

Marca: TOYOTA/YARIS HB XS 15 AT Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA n.º202301001127 de 29/11/2023 - Proc.n.º 002023730007641/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Edinaldo Costa Duarte – CPF: 589.734.272-53

Marca: HYUNDAI/CRETA 16A ACTION AT Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA n.º202301001129 de 29/11/2023 - Proc.n.º 002023730007642/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Eduardo Freitas Marques – CPF: 459.084.432-04

Marca: HYUNDAI/CRETA 16A ACTION AT Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA n.º202301001125 de 29/11/2023 - Proc.n.º 002023730007640/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Reginaldo Costa Farias – CPF: 426.455.492-68

Marca: TOYOTA/CCROSS XRX HYBRID 1.8 Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

PORTARIA n.º202304006826, de 29/11/2023 - Proc n.º 2023730007395/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Joao Batista Medeiros Nascimento – CPF: 513.444.402-15

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/CCROSS XRE 20/Mis/Utilitari/9BRK3AAG6R0120148

Protocolo: 1016500

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretária-geral do TAREF da Secretaria de Estado da Fazenda, Sr.ª Ana Kátia Nascimento da Paz Sarmento, torna pública a data de julgamento dos recursos abaixo, que ocorrerá por meio de Sessão de Modo Híbrido, Presencial e ON-LINE, por meio de VIDECONFERÊNCIA, conforme Instrução Normativa SEFA n. 004/2021, de 16/03/2021, na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 05/12/2023, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 15462, AINF nº 102011510000005-0, contribuinte MADEBRAX MADEIRAS DO BRASIL LTDA, Insc. Estadual nº. 15.217.108-8;

Em 05/12/2023, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 20306, AINF nº 172022510000082-2, contribuinte ATEMS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S.A., CNPJ nº. 03.987.364/0003-67, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247;

Em 05/12/2023, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 20122, AINF nº 092019510000374-0, contribuinte NAVPORT - NAVEGACAO E SERVICOS PORTUARIOS LTDA, Insc. Estadual nº. 15.210.133-0, advogado: LUIZ CARLOS DE CARVALHO NETO, OAB/PA-30887.

Protocolo: 1016611

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

ACÓRDÃOS

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

ACÓRDÃO N. 9090 – 1ª CPJ - RECURSO N. 20859 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 272023730000745-2/AINF N. 372023510000369-7). CONSELHEIRO RELATOR: GUILHERME FONSECA DE OLIVEIRA MELLO. EMENTA: ICMS. ANTECIPADO ESPECIAL. ATIVO NÃO REGULAR. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Não se conhecerá recurso voluntário sem a devida apresentação dos argumentos contrários à atuação. 2. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 27/11/2023.

ACÓRDÃO N. 9089 – 1ª CPJ - RECURSO N. 20857 – DE OFÍCIO (PROCESSO N. 272023730000745-2/AINF N. 372023510000369-7). CONSELHEIRO RELATOR: GUILHERME FONSECA DE OLIVEIRA MELLO. EMENTA: ICMS. RECAPITULAÇÃO ESPECIAL. ATIVO NÃO REGULAR. PARCELAMENTO ANTERIOR AO AINF. 1. Correta a decisão singular que, amparada nos autos e bem fundamentada com argumentos baseados na legislação, julga parcialmente procedente o auto de infração. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 27/11/2023. DATA DO ACÓRDÃO: 27/11/2023.

Protocolo: 1016618

PORTARIA Nº 919, 29 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no desempenho das atribuições que lhe são conferidas, e considerando as disposições do § 3º do art. 165 da Constituição Federal; as disposições do § 6º do art. 204 da Constituição Estadual; as disposições estabelecidas nos artigos 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; da Resolução nº 17.659, de 10 de março de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; e da Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022 que aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar a Execução Orçamentária do Governo do Estado do Pará, realizada e registrada no SIAFE pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativa ao 5º bimestre de 2023 (setembro/outubro), período de referência janeiro a outubro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, anexos 1 a 4, 6 a 8, 12 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, que aprova a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

2. O Balanço Orçamentário e as Demonstrações da Execução Orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Estadual.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias, de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023, acrescida dos créditos adicionais abertos e/ou reabertos até o mês de outubro de 2023. Esta composição está assim estruturada:

I. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências intragovernamentais para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II. Fundos Especiais;

III. Entidades da Administração Indireta, tais como:

- Fundações;
 - Autarquias;
 - Empresas Públicas dependentes; e
 - Sociedades de Economia Mista dependentes.
4. Considera-se como execução orçamentária da receita, a ocorrência do estágio da arrecadação, sendo utilizado o regime de caixa.

5. Considera-se, durante o exercício, somente as despesas liquidadas como executadas, ou seja, até a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Portanto, ao final do exercício, passam a ser consideradas as despesas empenhadas.

6. Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intraorçamentárias, às quais se referem o manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021. No Anexo 3, as operações intraorçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

7. Estas informações estão disponíveis na Internet "http://www.sefa.pa.gov.br/" (Contabilidade Geral do Estado – Relatório Resumido da Execução Orçamentária).

PAULO ROBERTO PAIVA DE OLIVEIRA

Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

De acordo,

LOURIVAL DE BARROS BARBALHO JUNIOR

Secretário Adjunto do Tesouro de Estado da Fazenda